

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

A conquista da capitania do Rio Grande e a fundação da cidade do Natal:  
Um estudo sobre interpretações historiográficas das primeiras décadas da República

Sidney Sandro Silva Rodrigues

NATAL  
2007

SIDNEY SANDRO SILVA RODRIGUES

**A conquista da capitania do Rio Grande e a fundação da cidade do Natal:  
Um estudo sobre interpretações historiográficas das primeiras décadas da República**

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação do prof. Raimundo Nonato Araújo da Rocha, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel e licenciado em História.

NATAL  
2007

***Dedicatória:***

*Aos meus pais Francisca e Francisco que sempre me incentivaram e estiveram ao lado nos momentos difíceis e que vão com certeza compartilhar comigo as congratulações do resultado final deste trabalho.*

## AGRADECIMENTOS

*A Deus porque é Deus;*

*Aos amigos especiais que acompanharam toda a minha vida estudantil e acadêmica;*

*Aos professores do Departamento de História desta universidade*

*Ao meu orientador, Raimundo Nonato Rocha, que muita paciência e disposição contribuiu em muito para a realização desse trabalho;*

*A professora Aurinete Girão, uma mãe no que diz respeito aos assuntos acadêmicos;*

*Ao mestre Wicliffe Costa, exemplo de profissionalismo.*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	06
<b>1 A HISTORIOGRAFIA COMO CAMPO/ O INSTITUTO HISTÓRICO E SUA FUNÇÃO</b>	09
1.1 A natureza do estudo histórico e seus novos campos de estudo	09
1.2 A historiografia ou história da história	11
1.2.1 A Historiografia da Grécia antiga ao século XVIII	12
1.2.2 A História como ciência no Século XIX	14
1.3 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB e sua função	16
<b>2 OS AUTORES E COMO SE RELACIONARAM COM A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA DO RN</b>	20
2.1 Uma discussão sobre a importância do sujeito/autor na produção do conhecimento	20
2.1.1 Os elementos do processo do conhecimento e papel do sujeito	20
2.1.2 O papel do sujeito e os condicionamentos sociais	23
2.3 Os Autores	28
2.2.1 Augusto Tavares de Lyra	27
2.2.2 José Francisco da Rocha Pombo	29
2.2.3 Luis da Câmara Cascudo	31
<b>3 O QUE OS AUTORES DISSERAM SOBRE A CONQUISTA DA CAPITANIA E A FUNDAÇÃO DA CIDADE DO NATAL?</b>	33
3.1 Os primeiros contatos com o nosso litoral: os índios e o contato com estrangeiros não portugueses.	33
3.2 A divisão política administrativa do território brasileiro: os limites da capitania do Rio Grande.	36
3.3 A expedição de conquista e a construção do forte	39
3.4 A fundação da cidade do Natal	42
<b>CONCLUSÃO</b>	45
<b>REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA</b>	47

## INTRODUÇÃO

A colonização e povoamento do espaço hoje conhecido como Rio Grande do Norte, tem sido objeto de investigação, ao longo da História, de diferentes intelectuais. Trabalhos dos mais diversos – crônicas, monografias, dissertações, teses – produzidos em diferentes tempos, têm discutido o processo de conquista da Capitania.

A produção historiográfica já consolidou a informação de que a conquista e a colonização da Capitania do Rio Grande ocorreu nos séculos XVI e XVII. Três momentos específicos desse fato têm sido apresentados pelos estudiosos: o primeiro, ocorrido em 1535, diz respeito a determinação de D. João III para que o Brasil fosse dividido em capitanias hereditárias; o segundo se refere ao fato do Capitão Mor de Pernambuco, a pedido do rei Filipe II, conquistar e colonizar a capitania do Rio Grande em 1597; o terceiro momento relaciona-se com a expulsão dos holandeses como elemento importante para a consolidação da Capitania.

Entretanto, a grande maioria das investigações afirma que as bases do processo de colonização e povoamento do Rio Grande foram fixadas a partir da ação do Capitão Mor de Pernambuco. Na ocasião da conquista da capitania, marcada pela construção de um forte de defesa, a pacificação com os índios e a fundação de uma cidade.

Este trabalho tem por objetivo analisar três interpretações historiográficas sobre a conquista da Capitania do Rio Grande. Ao longo da discussão vamos fazer um estudo sobre as interpretações historiográficas que surgiram nas primeiras décadas da república sobre a conquista da capitania e fundação da Cidade do Natal.

Como todo trabalho histórico científico, o historiador, além do recorte temático, espacial e temporal, é levado por uma questão metodológica a fazer opções por fontes. Como bibliografia serão utilizadas as obras e autores clássicos da historiografia do nosso estado:

Tavares de Lira, Rocha Pombo e Câmara Cascudo, que escreveram na primeira metade do século XX. Também trabalharemos com outros autores que darão toda uma fundamentação teórica para esta análise historiográfica que serão citados em outro momento mais adiante.

No caso da conquista da capitania do Rio Grande, vários foram aqueles que se lançaram sobre esse tema ao longo do tempo, sendo que ele ainda motiva alguns historiadores. No nosso caso, pela escassez de trabalhos que tem objetivo de fazer análises historiográficas, em especial da historiografia clássica do Rio Grande do Norte. Particularmente, o interesse por esse recorte temporal é a afinidade que tenho com ele, não só por ser norte-riograndense, mas especialmente por causa dos vários contatos que tive com trabalhos dos autores acima citados.

O tema da conquista da capitania do Rio Grande, embora já foi bastante abordado por trabalhos acadêmicos, percebemos pois que na maioria das vezes os pesquisadores recaem em generalizações e acabam somente reescrevendo versões que todos já conhecem. Na nossa opinião é função do historiador confrontar idéias e analisar a bibliografia, assim se irá descobrir lacunas existentes e a partir daí tentar preenchê-las. Além disso, é de fundamental importância reconhecer nas obras e nos autores que trabalharam um mesmo tema, de maneira característica ou de forma semelhante. Nossa discussão buscará responder Qual a interpretação produzida pela historiografia dos primeiros anos de república, para o processo de conquista da capitania do Rio Grande e a fundação da cidade do natal, qual a relação dos autores com o objeto em questão e como estes vêem esses acontecimentos?

Do ponto de vista metodológico, este trabalho será dividido em três capítulos:

No primeiro capítulo faremos duas discussões. Uma sobre a historiografia como campo de estudo e outra sobre a importância do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e sua função. Nessa primeira será dada ênfase às várias maneiras ao longo da história de se interpretar o passado, com o objetivo de evidenciar que ao longo do tempo inúmeras

transformações ocorreram até o estudo histórico conquistar o status de ciência. Nesse estudo a autora dois autores em especial servirão de referencial: Marie-Paule Caire-Jabinet, com sua obra *Introdução à Historiografia* e Felipe Tetart com *Pequena história dos historiadores*. Faz-se necessário também saber o que determina o produto final do trabalho dos historiadores e nas suas interpretações. Nesse aspecto Michel de Certeau de forma ímpar fez uma discussão dos fatores que influenciam o ofício de um historiador. O IHGB, foi a institucionalização do estudo histórico no Brasil e foi a partir de suas diretrizes que a nossa historiografia se enriqueceu de trabalhos. Um trabalho sobre obras da historiografia norterriograndense não poderia deixar de destacar esse instituto e sua função.

No segundo capítulo de dará ênfase aos autores e como se relacionaram com a construção de uma história do Rio Grande do Norte, em especial a conquista da capitania e fundação da Cidade do Natal. Suas formações intelectuais, suas vidas profissionais, a participação na sociedade, o que motivou seus estudos sobre o objeto em questão. Para sublinhar a importância do autor na construção do conhecimento, se fará de uma maneira bem geral uma discussão sobre o papel do sujeito na construção do conhecimento histórico. Adam Shaff, delineou bem os três elementos do processo do conhecimento e atribuiu ao sujeito(autor), nesse processo.

Em seguida, finalizando, serão apresentadas as interpretações que os autores tiveram sobre a conquista da capitania e a fundação da Cidade do Natal, o que os autores disseram sobre. Alguns temas merecem destaque, como: os primeiros contatos com o nosso litoral: os índios e o contato com estrangeiros não portugueses; a divisão política administrativa do território brasileiro: os limites da capitania do Rio Grande; a expedição de conquista e a construção do forte e a fundação da Cidade do Natal. A partir disso se evidenciará as semelhanças e as diferenças na interpretação dos autores.



# 1 A HISTORIOGRAFIA COMO CAMPO/ O INSTITUTO HISTÓRICO E SUA FUNÇÃO

## 1.1 A natureza do estudo histórico e seus novos campos de estudo

Não é raro escutarmos indagações a respeito da natureza do estudo histórico: a História é uma ciência ou apenas uma área de estudo? O que a História estuda? Qual a sua importância? É realmente necessário nos voltarmos para o passado ou para as interpretações que surgiram a respeito dele e em que isso pode contribuir para as questões atuais e futuras?

Encontrar respostas para estas questões, até mesmo a mais simples, vai além de fazer apenas uma relação entre que o foi perguntado e uma resposta supostamente satisfatória e coerente. Se tomarmos, por exemplo, a indagação sobre o que a História estuda, não seria errada a resposta que enfatizasse o passado do homem, o surgimento, a evolução, o declínio e o desaparecimento das civilizações como objeto do estudo histórico (TOYNBEE, 1988). Porém, poderia também ser respondido que a História tem como objetivo o estudo da relação entre o homem e natureza para garantir sua sobrevivência e de como se desenvolveram as suas lutas entre classes sociais, ou seja, toda a História gira em torno dos modos de produção de cada sociedade e das relações sociais existentes em seu determinado tempo e espaço<sup>1</sup>. Poderia também se dizer que a História tem o objetivo de reconstituir o passado tal qual ele ocorreu<sup>2</sup>. Qual dessas respostas então seria a correta ou simplesmente qual estaria errada?

Primeiramente podemos dizer que seria uma discussão inócua tentar determinar qual desses conceitos a respeito do que estuda a História seria o certo ou o errado. Porque simplesmente todos respondem coerentemente ao que foi proposto, levando em consideração o tempo e o espaço em que cada autor dessas afirmativas esteve inserido. Mas o que podemos discutir é que o influenciou para cada autor chegar a tal conclusão.

---

<sup>1</sup> Karl MARX. O materialismo Histórico

<sup>2</sup> máxima do precursor da escola metódica Leopold Von Ranke

Logo percebemos a existência de fatores externos ao conjunto dual de pergunta e resposta, que movimentam a construção do conhecimento histórico, ao qual influencia diretamente a produção final dessa construção. Segundo Michel de Certeau “a operação histórica se refere à combinação de *um lugar social*, de *práticas científicas* e de *uma escrita literária*” (CERTEAU, 1982, p. 66)(grifo nosso), ou seja, de acordo com esse autor estes três são os principais fatores que influenciam no produto final no processo de produção do conhecimento histórico, processo esse chamado por ele de operação historiográfica.

É praticamente impossível não se afirmar que a História tem como função primordial a reconstrução do passado não com objetivo de reconstituí-lo tal como ele ocorreu, mas de se aproximar ao máximo da verdade dos fatos. E esse estudo do passado é suscitado sempre a partir de questionamentos do presente, ou seja, o sujeito no presente, submetido a diversos condicionamentos, se volta para o seu objeto de estudo que está no passado e dessa dialética interativa é sempre susceptível de gerar um produto que é o conhecimento, segundo o modelo reflexivo do processo do conhecimento do estudioso da teoria da História Adam Shaff.(SHAFF, 1988). Assim, levando em consideração os vários condicionamentos espaciais, sociais e temporais presentes no sujeito, um mesmo objeto pode ter várias interpretações. Ficando a interrogação: o que fabrica o historiador quando faz História? Esta pergunta foi feita por Michel de Certeau sobre o ofício do historiador e hoje é repetida por vários pesquisadores suscitando a meditação sobre tal ciência, seus objetivos e métodos.

Nós sabemos que a História é uma ciência subjetiva e o seu objeto de estudo é inesgotável, ou seja, no decorrer do tempo novos elementos são descobertos sobre um determinado tema ou este é abordado sob outros prismas. Um exemplo de outra visão sobre os acontecimentos históricos, e vale a pena salientar que está se tornando cada vez comum nos trabalhos acadêmicos, é o caso das análises historiográficas que não se preocupam ou pelo menos não tem como prioridade descobrir novos elementos sobre um determinado tema ou

preencher lacunas deixadas pelos autores em busca da verdade absoluta dos acontecimentos históricos. Mas sim, têm como objetivo principal confrontar idéias, evidenciar semelhanças e particularidades dos autores e suas obras e descobrir o que influenciou no produto final desses trabalhos ou o que motivou a preocupação dos autores sobre um determinado objeto de estudo.

Uma característica fundamental da construção do conhecimento histórico é o acúmulo de novos elementos sobre um determinado objeto de estudo. Além desse acúmulo de informações, várias interpretações ou até mesmo interpretações semelhantes baseadas em estudos anteriores surgem, gerando um conjunto de obras que se tornam elas próprias objetos de estudo de pesquisadores que se interrogam sobre a complexidade que é um mesmo tema de muito abordado e parecer esgotado ter várias interpretações e ser trabalhado de diversas formas por historiadores contemporâneos. Talvez seja pelo fato de que ainda é difícil entender, ou até mesmo isso ainda não é muito trabalhado nas academias, que sempre um texto foi escrito por uma pessoa, em um determinado tempo e espaço, com suas ansiedades, motivações e questionamentos, com recursos científicos a sua disposição inerentes a sua realidade temporal e por fim, influenciado pelas correntes de pensamento que caracterizam o meio científico em que viveu. Ao longo da história foram surgindo maneiras bastantes características de estudar o passado.

## **1.2 A historiografia ou história da história**

Iniciaremos fazendo uma reflexão sobre o desenvolvimento ao longo do tempo da ciência Histórica. Esta por si só poderia ser objeto específico de um estudo aprofundado, porém no nosso caso ela servirá apenas para evidenciar e esclarecer uma série de características, métodos científicos e maneiras de interpretação do passado do homem

importantes para a construção do conhecimento histórico que surgiram ao longo do tempo. O conjunto dessas interpretações e métodos científicos recebeu várias denominações, tais como: História Positivista, História Rankeana, História Marxista ou História Econômica e a História Nova ou História Problema, nesse caso, é a História pensada contemporaneamente.

Essa primeira parte servirá para se fazer uma pequena reflexão sobre a progressiva transformação da História até conquistar o status de disciplina autônoma, fato ocorrido no século XIX.

Segundo Marie-Paule Caire-Jabinet, o vocábulo historiografia surgiu no século XIX, em imitação aos historiadores poloneses e alemães, significando em princípio a arte de escrever História, a literatura histórica ou a História literária dos livros de História ou simplesmente como a autora preferiu chamar a História da História.(CAIRE-JABINET. Introdução à Historiografia. 2003, p. 7-105.)

A História desempenha um papel importante na construção das identidades coletivas e das sociedades humanas. É em função da situação do presente que cada geração olha maneira diferente o passado e suas origens, essa afirmação fica bem sintetizada na máxima “croceana”: toda História é contemporânea.<sup>3</sup>

### 1.2.1 A Historiografia da Grécia antiga ao século XVIII

Segundo a autora, fazer uma reflexão sobre a História da História é o mesmo que nos perguntarmos sobre as origens da nossa civilização ocidental. A História ocidental alimenta-se de três fontes: a grega, a romana e a judaico-cristã. É delas que nascerão a partir do século XII, as Histórias nacionais. Heródoto, Tucídides e Políbio compõe o tripé de sustentação inicial de uma historiografia fundada na leitura e crítica das fontes escritas e orais

---

<sup>3</sup> Máxima do famoso historiador Benedito Croce

e na reconstituição da cadeia causal dos acontecimentos. Não podemos esquecer de Helânico e seu método científico (cronologia e prescrição dos fatos) quando nos remetemos à época helenística e à origem da História. Os romanos, a partir de Políbio, tem a tarefa de renovar a tradição histórica e preservar a dupla tradição de erudição e de síntese. Entre os principais eruditos estão Tácito, Suetônio, Tito Lívio e Salústio.

A partir da expansão do cristianismo e durante toda a Idade Média a historiografia é marcada com a predominância das explicações teológicas dos fatos históricos e suas conseqüências.

Com o Renascimento a História ganha uma nova motivação, ânimo, energia e procedimento com o progressivo desprendimento das amarras da fundamentação teológica. Os tempos modernos viriam trazer para a História um público muito mais amplo. Este procurará nos relatos históricos uma razão de esperança em meio a situações difíceis, e os instrumentos de preservação de um orgulho nacional nascente. O Renascimento e sua renovação intelectual favorecerá a reflexão sobre a História e a elaboração de um método crítico erudito. A História deixará de ser praticada pelo historiador da corte e passará a ser escrita pelos eruditos, estes ricos em criticidade e reflexão teórica. Após um período no qual a História passa por retorno a narrativa moralista e conformista, o século XVIII faz reavivar o encontro entre reflexão teórica e erudição, e que se evidenciam as exigências científicas que revolucionavam o pensamento histórico, essa mudança torna-se decisiva no período das luzes com a emergência da História filosófica. O século XVIII é o caminho entre a concepção paradigmática da História como a arte de ‘narrar acontecimentos’ e visão de se pensar e fazer História cientificamente, ele traz e anuncia uma mudança considerável no que se entendia por História e historiadores. Com o Iluminismo, o mundo passa a ficar aberto para a visão e opinião dos homens comuns, ou seja, não só mais a Igreja poderia explicar e ver o que acontece, ocorre uma espécie de laicização das opiniões. Evidenciar-se aí uma importante

característica de uma área de estudo que a partir daí passaria a postular status de ciência: o desprendimento em relação aos conceitos e interpretações cristãs medievais. A partir desse tempo toda a ciência deveria ser laica.

A História primeiramente, nesse momento é considerada como uma ciência humana tendo um papel filosófico e só depois social. Sendo assim, a História como ciência nasce como um guia político racional, sendo predominantemente a História das civilizações. A História filosófica busca encontrar resposta na História sobre as origens da nação e da História das civilizações. Emerge aí outra característica importante da História tradicional, a busca por um passado comum e uma identidade de estado que se fortalecia e precisa justificar a origem de sua força e de seu status de Estado Nacional.

A História aí surge a serviço da nação, do progresso e da civilização. Entre as principais filósofos historiadores estão Montesquieu, Voltaire, Diderot e D'Alembert. É importante deixar claro que essa História é fundada na observação dos sistemas políticos e jurídicos, com o objetivo de identificar as leis gerais e hierarquizar as causas dos acontecimentos. Evidencia-se outra importante característica que o princípio da observação para prever o resultado, uma máxima que será aperfeiçoada por August Conte e suas idéias positivistas. A História se quisesse se tornar uma ciência deveria sim determinar leis gerais para seus acontecimentos.

### 1.2.2 A História como ciência no Século XIX

“O interesse particular pelos estudos históricos cresceu rapidamente – desenvolvimento que culminou com a colocação, no século XIX, da História como uma disciplina, deliberadamente

construída, com seus métodos e conceitos próprios e seus cultores profissionais”(DRAY, 1997, p. 88).

Durante o rico século XIX, os historiadores emanciparam-se ainda mais, conquistando pouco a pouco a posição de cientistas. Todavia começam atravessando um período em que as paixões literárias e políticas prevaleceram sobre as pretensões científicas. Com os historiadores românticos desse século, nasce a moda da História, que se baseará no método e vários conceitos que irão caracterizar o que nesse trabalho chamaremos de historiografia tradicional. Entre os românticos nasce a preocupação com as Histórias locais e excessivamente nacionais, rompendo com a História Filosófica que buscava sempre uma História universal. Num tempo de fortes movimentações políticas desenvolve-se uma considerável corrente histórica politizada. Ocorrendo nessa primeira metade do século uma rica mescla entre historiadores românticos e políticos. Daí explica-se outra característica da História tradicional: a forte valorização dos acontecimentos políticos para o delineamento e a explicação dos acontecimentos históricos.

Na França, surge o método de reconhecer e recolher os documentos originais. É o início de uma profissionalização. Segundo Tetart: “o mundo dos historiadores é assim submerso por uma febre documental”(TETART, 2000). A História é vista como responsável pela valorização dos patrimônios instituição e sociedade. A partir daí surge como disciplina escolar e tem um fundamental papel na formação cívica dos cidadãos. “O historiador científico, profissional e republicano acredita ser o agulhão da consciência social e política do cidadão, e desenvolver assim um papel na vida cívica” (TETART, 2000, p 103).

À medida que esses conceitos evoluem, a História passa por toda uma estruturação metódica, coincidindo com o avanço das idéias positivistas. As regras na História se tornam assim previsíveis. Nessa escola metódica e positivista da História destaca-se o alemão Leopold Von Ranke(1775-1886), que tinha entre seus princípios se aproximar ao máximo das

verdades dos fatos, respeitando ao que ele mesmo enunciou sobre tal ciência: “A História é aquilo que de fato aconteceu”(CAIRE-JABINET, 2003, p. 105.)

No Brasil, a preocupação com o passado e o estudo histórico foram institucionalizados com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

### **1.3 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB e sua função**

No século XIX o discurso historiográfico ganha foros de cientificidade num processo em que a “disciplina História” conquista definitivamente os espaços da universidade. O pensar História que se baseava na discussão da questão nacional se solidificou e o caso brasileiro não escapará, nesse sentido, ao modelo europeu.

Porém, desse lado do atlântico, se evidenciou em outro espaço de produção historiográfica. Aqui no Brasil, o espaço era dos escolhidos e eleitos a partir das relações sociais, uma marca elitista até fim do século XIX. Na Europa, era muito comum essa produção evoluir a partir das competições acadêmicas das universidades. “E este lugar (social), de onde o discurso historiográfico é produzido, desempenhará um papel decisivo na construção de uma certa historiografia e das visões e interpretações que ela proporá na discussão da questão nacional”(GUIMARAES, 1988, p. 5). A Idéia era buscar através da História a consolidação do Estado Nacional, pensando a História brasileira de forma sistematizada. Essa era a função do IHGB.

Em 1838 é criado o IHGB, uma instituição cultural nos moldes de uma academia, foi a materialização desse empreendimento, com o objetivo do delineamento de um perfil para a “nação brasileira”, capaz de garantir uma Identidade Própria no conjunto mais amplo das nações, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social no século XIX. Visa produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras. Uma visão



predominantemente iluminista, que era o esclarecimento primeiro daqueles que ocupam o topo da pirâmide.

A construção da idéia de nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa, muito pelo contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Adolfo de Varnhagem é um dos primeiros a reforçar essa idéia em carta ao imperador, deixando claro que esse é um dos fundamentos da História do Brasil. O projeto de nação é para os brancos, não para índios e muito menos para os negros. Herdeiro de uma tradição marcadamente iluminista, o instituto nasce com o objetivo de traçar a gênese da nacionalidade brasileira, uma preocupação particular à historiografia do século XIX. “Escrever a História brasileira enquanto palco de atuação de um Estado Iluminado, esclarecido e civilizador, eis o empenho para o qual se concentram os esforços do IHGB”(GUIMARAES, 1988, p. 10).

Fortes traços iluministas estão presentes, entre eles: o tratamento linear dado a História e a instrumentalização como mestre da vida. Isso daria sustentação ao princípio de soberania nacional. O instituto nasce com dois projetos bem definidos: uma era dar conta da gênese da nação brasileira e outro, inserindo-a numa tradição de civilização e progresso. A História do Brasil seria escrita centralizando e somando as Histórias e informações locais num único local, a capital política e administrativa brasileira, o Rio de Janeiro, a exemplo do modelo francês. Existiu um contato estreito com o instituto que tinha os mesmos moldes na França.

Para o desenvolvimento dos trabalhos após a criação, foram traçadas diretrizes centrais. A coleta e publicação de documentos relevantes à História do Brasil e o incentivo, ao ensino público, de estudos de natureza histórica. A participação do Estado através de financiamentos foi vital para a existência do instituto. Entre os 27 intelectuais criadores estavam pessoas que tinham funções importantes no aparelho administrativo do Estado. Todos

eles passaram por um processo de educação segundo a tradição de Coimbra, seguida de treinamentos e carreira no aparelho de Estado. A partir de 1989, o IHGB passa a dar prioridade a produção de trabalhos inéditos (História, Geografia e Etnologia), deixando em segundo plano a coleta de dados. O ingresso no instituto se daria agora por conhecimento e trabalhos na área afim. Buscando responder questões étnicas ocorre uma especialização técnica nas áreas de arqueologia, lingüística e etnográfica. As questões políticas estiveram sempre presentes nas obras incentivadas pelo instituto. Uns dos fundadores, Januário da Cunha Barbosa expressou certa vez, que era necessário escrever a História brasileira, luz e ordem para um campo necessitado (GUIMARAES, 1988, p. 13). O Brasil vivia um período em que se consolidava a Monarquia constitucional e o Estado centralizado. O IHGB, a elite letrada imperial, contribuirá para uma progressiva difusão e homogeneização do “projeto nacional” no seio do grupo social favorecido. Este se caracterizando basicamente como político e ideológico de identidade nacional. Foram caracterizados heróis nacionais para consolidar essa identidade. Seria importante para despertar nos brasileiros virtudes cívicas.

Entre os precursores que escrevem uma obra de História do Brasil buscando integralizá-la de forma geral, ou seja, todos os períodos vividos até o momento e a História das províncias, foi Von Martius, na sua obra História Geral do Brasil. Um elemento importante introduzido nessa obra foi a idéia de três raças na origem da História do Brasil. Três eram os temas fundamentais na revista do IHGB: a problemática indígena, as viagens e exploração científicas (questões territoriais) e o debate da questão nacional. Os índios eram vistos como objetos de colonização e civilização, isso se daria com o contato com branco, sendo educado e com o tempo a miscigenação seria determinante pra o “embranquecimento”. Os índios foram reconhecidos como primeiros povos do Brasil, porém faziam parte de um projeto civilizatório nacional.

O IHGB foi a institucionalização da preocupação com o passado de uma nação que postulava o status de Estado Nacional, buscando a partir das histórias regionais centralizar informações, tendo como referencial a prática científica do estudo histórico nos moldes europeu, em especial na França e Alemanha. Tendo como base as diretrizes do IHGB, nasce a preocupação nas províncias que logo depois da proclamação da república se tornaram Estados federativos de se voltarem para o seus passados. Em 1902, foi criado no Rio Grande do Norte o IHGRN com a função inicial de realizar um amplo estudo sobre o passado do Estado, seus principais acontecimentos, seus heróis, sua origem, etc.... Nas Primeiras décadas da República Augusto Tavares de Lyra, José Francisco da Rocha Pombo e Luiz da Câmara Cascudo se destacaram nos estudos sobre a história do Rio Grande do Norte, em especial o processo de conquista, colonização e povoamento da capitania.

## **2 OS AUTORES E COMO SE RELACIONARAM COM A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA DO RN**

O estudo histórico passou por várias transformações ao longo tempo e somente no século XIX ganhou status de ciência. Nesse mesmo século no Brasil é criada uma instituição como o objetivo de resgatar o passado comum para um Estado Nacional em formação, carente de uma história que justificasse sua soberania como tal. A partir da união das várias histórias locais viria possibilidade de reconstituir as origens do jovem Estado. Mais tarde, no início da República essas diretrizes motivam a preocupação de intelectuais por uma história do Rio Grande do Norte. Três autores, já citados anteriormente, merecem especial atenção, tendo em vista a iniciativa sobre o estudo desse objeto e o resultado final de seus trabalhos. Estes e como se relacionaram como a construção de uma história do Rio do Grande do Norte, mais especificadamente a conquista, a colonização e povoamento vamos trabalhar neste capítulo. Mas primeiramente fazendo uma discussão sobre o papel e a importância do sujeito(autor) na produção do conhecimento histórico.

### **2.1 Uma discussão sobre a importância do sujeito/autor na produção do conhecimento**

#### **2.1.1 Os elementos do processo do conhecimento e papel do sujeito.**

Um dos fatores que influenciam na produção do conhecimento histórico, são os condicionamentos sociais, ou seja, toda a produção historiográfica é indissociável do lugar social em que o autor está inserido.

Numa reflexão sobre o que influencia a produção historiográfica deve se delimitar bem os principais elementos que estão envolvidos nesse processo. Adam Shaff vem nos falar que o conhecimento é um processo, ou seja, é o acúmulo das verdades parciais. Para ele, três são os elementos principais desse processo: o sujeito que conhece, o objeto do conhecimento e o conhecimento que é fruto da interação dos dois primeiros elementos (SHAFF, 1988, p. 57-82). Tomamos como exemplo o objeto estudado pelos historiadores, cujas obras serão analisadas nesse trabalho.

A conquista da capitania do Rio Grande é um dos primeiros capítulos das três obras mais importantes para historiografia norte-rio-grandense em si tratando de nossa história. Principalmente pelo fato que elas foram as primeiras a tentarem reconstituir de forma integral a história do Estado do Rio Grande do Norte. Em ordem cronológica de publicação, foram elas: História do Rio Grande do Norte, de Augusto Tavares de Lira; História do Estado do Rio Grande do Norte, de José Francisco Rocha Pombo; e História do Rio Grande do Norte, de Luis da Câmara Cascudo.

Nesses três casos de produção de conhecimento histórico, existe um sujeito que conhece que está em um determinado tempo e espaço, no caso o historiador. Este se volta para o passado onde está seu objeto do conhecimento, no caso a história do Rio Grande do Norte, mais especificamente, a história da conquista da capitania do Rio Grande. Dessa interação entre o sujeito que conhece e o objeto do conhecimento se produz o conhecimento.

Uma reflexão sobre os componentes que estão envolvidos nesse processo de produção do conhecimento histórico nada mais é que uma aceitação do papel da filosofia no ofício do historiador. A história constituiu certamente uma fonte fecunda do pensamento filosófico – apesar do que pretendem os historiadores de orientações tradicionais e positivistas– e associa-se estreitamente com a filosofia. Quer os historiadores tenham disso consciência ou não, quer reconheçamos ou não a função da filosofia na sua disciplina, os

pontos de vista sobre o processo de conhecimento, e portando, sobre o problema da verdade, têm a sua origem na filosofia, na reflexão sobre o conhecimento histórico, seus produtores e seu métodos.

Toda discussão sobre a produção do conhecimento histórico deve levar em consideração a tradicional tríade do processo do conhecimento, segundo Adam Shaff: o sujeito que conhece, o objeto do conhecimento e o conhecimento como produto cognitivo. Levando em consideração os elementos da relação cognitiva pode-se distinguir três modelos do processo do conhecimento. O modelo Mecanicista (teoria do reflexo), no qual o objeto do conhecimento atua sobre o aparelho receptivo do sujeito que é um agente PASSIVO, CONTEMPLATIVO E RECEPTIVO. O produto deste processo – o conhecimento é o reflexo, a cópia do objeto, reflexo cuja gênese está em relação com a ação mecânica do objeto sobre o sujeito. O papel do sujeito é registrar estímulos vindos do exterior. As diferenças entre as imagens da realidade percebidas pelos diferentes sujeitos que conhecem reduzem as diferenças individuais ou genéricas do aparelho perceptivo. O modelo Idealista e Ativista, no qual existe a predominância, se não a exclusividade, volta ao sujeito que conhece, que apercebe o objeto do conhecimento como sua própria produção. A atenção está centrada sobre o sujeito a quem se atribui mesmo o papel de criador da realidade. Por fim, o modelo Interativo, neste ao princípio da preponderância de um dos elementos da relação cognitiva opõe o princípio da interação. Afirma uma relação cognitiva na qual tanto o sujeito como o objeto mantêm a sua existência objetiva e real, ao mesmo tempo que atuam um sobre o outro. Ao sujeito é atribuído um papel ativo, submetido por outro lado a diversos condicionamentos, em participar às determinações sociais, que introduzem no conhecimento uma visão da realidade socialmente transmitida. A relação cognitiva continua também a ser neste modelo uma relação entre o sujeito e objeto. Privada de um de seus termos, a relação deixa de existir. É no sujeito que o adepto do terceiro modelo vê o termo principal da relação cognitiva.

### 2.1.2 O papel do sujeito e os condicionamentos sociais

Partindo do pressuposto que o sujeito é o termo principal do processo de produção do conhecimento e da construção historiográficas vamos analisar os vários condicionamentos sociais que influenciam nesse processo.

Se o sujeito é termo principal e ele condicionado por diversos fatores logo chegamos a conclusão que um mesmo objeto pode ser visto de várias maneiras e sobre ele podem surgir várias interpretações dependendo do tempo e do espaço que o sujeito está inserido. No que diz respeito a espaço, Certeau vem nos falar sobre o que ele chamou de lugar social (CERTEAU, 1982, p. 92).

Para ele, toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. É em função deste lugar que se instauram os métodos, delinea uma topografia de interesses e organizam/propõem os documentos e as questões. São meios de elaboração/determinação próprios uma profissão liberal, um posto de observação ou ensino e uma categoria de letrados.

Raymond Aron é um dos primeiros a romper com o paradigma da verdade dos acontecimentos históricos. Levanta-se a questão da subjetividade do autor, a filosofia no trabalho do historiador. “A relatividade histórica compõe, assim, um quadro onde, sobre o fundo de uma totalidade da história, se destaca uma multiplicidade de filosofias individuais, as dos pensadores que vestem de historiadores” (CERTEAU, 1982, p. 67).

Um fator importante de se analisar quando falamos em construção do conhecimento histórico são as instituições históricas. Marcam a origem das ciências modernas as assembléias dos eruditos – Saint-Germain des prés no séc. XVII e os círculos dos sábios e Academias, no séc. XVIII. A instituição social permanece a condição de uma linguagem

científica (revistas e boletins). Notadamente os nascimentos das disciplinas estão à criação dos grupos. Segundo Certeau, “a instauração de um saber é indissociável de uma instituição social. Cada ‘disciplina’ mantém sua ambivalência de ser a lei de um grupo e a lei de uma pesquisa científica. A instituição não dá apenas uma estabilidade social a uma ‘doutrina’. Ela a torna possível e, sub-repticiamente, a determina. É um mesmo movimento que organiza a sociedade e as idéias que nela circulam. Em história, é abstrata toda ‘doutrina’ que recalca sua relação com a sociedade. Ela nega aquilo em função de que se elabora.” (CERTEAU, 1982, p. 69).

Partindo desse ponto, é, pois, impossível analisar um discurso histórico independente da instituição em função do qual ele se organiza silenciosamente. Um texto histórico enuncia uma operação que se situa num conjunto de práticas de um grupo. Obra de valor é aquela que é reconhecida como tal pelos pares (do grupo). O Livro ou artigo de história é, ao mesmo tempo um resultado e um sintoma do grupo que funciona como um laboratório. Em resumo, o estudo histórico é o produto de um lugar.

A maneira como os historiadores se comportam, são aceitos e influenciam na dinâmica social também é um fator importante quando analisamos a construção do conhecimento histórico. Os métodos são meios graças aos quais se diferencia, protege e manifesta o poder de um corpo de mestres e letrados. Estes métodos esboçam um comportamento institucional e as leis de um meio. Cada vez mais o trabalho se articula com base em equipes, líderes, meios financeiros/créditos, proximidades sociais e políticas e em públicos. Uma situação social muda ao mesmo tempo o modo de trabalhar e o tipo de discurso. “Da reunião de documentos à redação do livro, a prática histórica é inteiramente relativa à estrutura da sociedade” (CERTEAU, 1982, p. 71). Assim, uma mudança na sociedade permite ao historiador um afastamento com relação aquilo que se torna, globalmente, um passado.



Quanto aos autores podemos de destacar algumas semelhanças em suas formações intelectuais, nas práticas que as instituições que os autores participaram e nas suas produções historiográficas. Tavares de Lyra e Câmara Cascudo tiveram formação jurídica. Rocha Pombo, jornalista de formação. Todos exerceram a função de professores e eram ligados ao aparelho administrativo do Estado, tendo inclusive uma vida política ativa. No que diz respeito as instituições, os três estiveram ligados ao IHGB e suas versões regionais, participando efetivamente da instituição e principalmente das suas publicações e concursos. Como veremos a seguir mais detalhadamente, especificando suas relações com seus objetos de estudo.

## 2.2 Os Autores

As obras analisadas e autores cujas interpretações serão objetos de estudo serão os clássicos da historiografia do nosso estado: História do Rio Grande do Norte, de Augusto Tavares de Lira; História do Estado do Rio Grande do Norte, de José Francisco da Rocha Pombo; por fim, História do Rio Grande do Norte de Luiz da Câmara Cascudo<sup>4</sup>. Todas foram escritas e publicadas nas primeiras décadas da República. Não poderíamos fazer uma discussão sobre as interpretações que surgiram no início da República sobre a conquista, o colonização e o povoamento da capitania do Rio Grande sem que se destacasse os autores e a relação que estes tiveram com o objeto em questão.

### 2.2.1 Augusto Tavares de Lyra

Augusto Tavares de Lyra nasceu no dia 25 de dezembro de 1872, em Macaíba. Filho do coronel Feliciano Pereira e de D. Maria Rosalina. Fez o curso de Humanidades em

---

<sup>4</sup> São consideradas clássicas por dois motivos: primeiro por terem sido os primeiros trabalhos que tentaram fazer uma História geral do Rio Grande do Norte e segundo, por fazerem parte de uma corrente historiográfica tradicional.

Recife. Em 1892, era bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Recife. Escolheu advogar em Natal, onde exerceu mais duas profissões: a de jornalista, sendo redator político do jornal “A República”, e a de professor de História Geral e do Brasil, no Atheneu Norte-rio-grandense, de 1892 a 1894. A partir dessa data, surgiu no cenário nacional, elegendo-se deputado federal, cargo que exerceu até o ano de 1904. Foi nesse período que ele se empolgou com a defesa do seu Estado, na questão de limites contra o Ceará. Pesquisando, começou a se interessar pela História e Geografia do Brasil e do Rio Grande do Norte. Em 1902, já tinha publicado “Questão de Limites entre os Estados de Ceará e do Rio Grande do Norte. Dois anos mais tarde publicou “Apontamentos sobre a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte”. Em 1904, uma nova experiência na política: governador do Estado até 1906.

O conselheiro Afonso Pena, impressionado pela inteligência do orador, resolveu convidá-lo para ser o futuro ministro de Justiça e interior. Tavares de Lyra aceitou o convite, exercendo tal função com eficiência até 1909. Lançou, em 1907, “Algumas notas sobre a História do Rio Grande do Norte”. Após a morte do presidente Afonso Pena, Tavares de Lyra abandonou momentaneamente a vida pública. Em 1910 foi eleito senador da República, deixando a função em 1914 para assumir o ministério da Viação e Obras Públicas, até 1918.

Foi na presidência de Venceslau Brás que exerceu por duas vezes, interinamente, a pasta da Fazenda. Nessa época, publicou “Domínio Holandês no Brasil, especialmente no Rio Grande do Norte” (1915). Alguns anos depois, em 1920, lançou “História do Rio Grande do Norte”, sua obra mais importante e que vai ser objeto de análise neste trabalho. No dia 26 de outubro de 1918 foi nomeado ministro do Tribunal de Contas, tomando posse do cargo em novembro. Em 1940, se aposentou, justamente quando estava na presidência daquele tribunal.

O decreto de 11 de janeiro de 1952, publicado no Diário Oficial, mandava “inscrever o nome do Ministro Augusto Tavares de Lyra no referido ‘Livro do Mérito, como merecedor dessa alta distinção, conforme parecer da competente Comissão”. O presidente Getúlio Vargas considerou Augusto Tavares de Lyra como uma “uma relíquia nacional”, no discurso que pronunciou no salão de honra no Palácio do Catete, em cerimônia realizada no dia 15 de agosto de 1953, que oficializou a inscrição do nome de eminente potiguar no livro do Mérito. Recebeu congratulações de expressivas instituições de todo o País. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro mandou cunhar medalha de ouro, alusiva aos 80 anos de vida do ministro Tavares de Lyra. Esse instituto dedicou ao ilustre potiguar uma edição especial de sua revista. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte seguiu o exemplo, dedicando o vol. LII de sua revista 1ª memória do ministro Augusto Tavares de Lyra, em 1959. Tavares de Lyra faleceu na capital federal no dia 21 de dezembro de 1958.<sup>5</sup>

Alguns pontos em especial merecem destaque na vida de Tavares de Lyra. Primeiramente ele é filho do Rio Grande do Norte e teve a oportunidade de ter tido uma formação intelectual privilegiada. Sua experiência como professor de história do Brasil, no colégio Ateneu Norterio-grandense despertou nele a curiosidade sobre a história de seu estado. O ingresso na carreira política e conseqüentemente as questões sobre a delimitação do território do Rio Grande do Norte na fronteira com o Ceará motivou Lyra na preocupação sobre as origens desse Estado.

### 2.2.2 José Francisco da Rocha Pombo

José Francisco da Rocha Pombo nasceu em Morreste, no Paraná, a quatro de dezembro de 1957. Era filho de Manuel Francisco Pombo e de Angélica da Rocha. Em 16 de

---

<sup>5</sup> Disponível em [www.biblio.com.br/conteudo/biografias/aureliodelyratavares](http://www.biblio.com.br/conteudo/biografias/aureliodelyratavares), acesso 18/10/2006

março de 1933 foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, na vaga de Alberto de Faria. Bastante adoentado não chegou a tomar posse da cadeira nº 39, faleceu no Rio de Janeiro em 26 de junho de 1933. Jornalista, professor, poeta e historiador, iniciou-se cedo no jornalismo ao fundar e dirigir “O povo”, em cujas páginas fez campanhas abolicionistas e republicanas. Sua colaboração se estendeu a outros órgãos da então província, pela qual foi eleito deputado provincial em 1886. Mudou-se em 1897 para a capital Federal, continuando a exercer as profissões de jornalista e de professor. Ingressou por concurso na congregação do Colégio Pedro II e lecionou, também, na Escola Normal.

No Paraná fundaria, em 1912, a Universidade, de vida efêmera. Em 1900 foi Rocha Pombo admitido como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Publicou, além de livros de poesias, diversos importantes livros sobre variados assuntos. Rodolfo Garcia, seu sucessor na Academia, deu o seguinte testemunho sobre a “História do Brasil” de Rocha Pombo:

“entretanto não há como desconhecer o extraordinário mérito da obra de Rocha Pombo, sua utilidade provada, os serviços prestados aos estudiosos, que as estimam entre todas as congêneres. Se conferidas as estatísticas das bibliotecas, verifica-se que sua ‘História do Brasil’ é, nessa classe, o livro mais consultado, o mais lido de todos, o que significa popularidade e vale pela mais legítima das consagrações”.

O mesmo autor concluía: “No gênero, a História do Brasil é a mais vasta, a mais considerável de nossa literatura, pela superfície imensa que cobre, das origens do Brasil aos dias presentes”. O livro em questão foi criticado por João Ribeiro, que o achou ‘difuso, frio, raras vezes ameno, de leitura difícil. Entretanto, há grande cópia de informações úteis nele”. Dos livros de Rocha Pombo devem ser mencionadas “Nossa Pátria” – com mais de 40

edições, “História da Américas”, “História do Rio Grande do Norte”, “História do Paraná”, “Dicionário de sinônimos da Língua Portuguesa”, “a Religião do belo”, “No Hospício”, “Visões”, “Dada” e vários outros, abrangendo os gêneros mais diversos<sup>6</sup>.

Rocha Pombo, dos três autores é o único que não teve raízes no Rio Grande do Norte. Um historiador que muito estudou sobre a história do Brasil, decidiu escrever uma obra sobre o Rio Grande do Norte a pedido de adversário políticos de Tavares de Lyra. Como bom historiador, não negou o desafio que era se voltar para o passado de um estado como o qual tinha pouca ligação. Mas como membro do IHGB não poderia ser indiferente ao que ainda era o propósito de criação dessa instituição, que era formar a partir das histórias locais a história nacional. Nesse momento, pós proclamação da República, com a diretriz principal de reconhecer a origem do povo brasileiro, o que era e quais as características específicas do produto da mescla entre o europeu, o negro africano e o índio, formando uma sociedade inédita até então no mundo. Mas em si tratando de Rio Grande do Norte, ninguém fez isso tão bem quanto Luiz da Câmara Cascudo.

### 2.2.3 Luis da Câmara Cascudo

Luis da Câmara Cascudo, escritor e folclorista, nasceu em Natal, Rio Grande do Norte, em 1898 e faleceu na mesma cidade, em 1986. Filho único do Coronel Francisco Cascudo e Dona Ana da Câmara Cascudo, duas das mais tradicionais famílias do Estado. É um dos mais importantes pesquisadores das raízes étnicas do Brasil. Aos seis anos já sabia ler. Estudou Latin durante três anos com o mestre João Tibúcio. Em 1922, aprendeu a ler em inglês para acompanhar viajantes pela África e Ásia. É dele a tradução comentada do livro “Traves in Brasil” de Henry Koster, viajante inglês, obra das mais valiosas para o

---

<sup>6</sup> disponível em [www.encyclopedia.tiosam.com/encyclopedia/encyclopedia.asp?title=Rocha\\_Pombo](http://www.encyclopedia.tiosam.com/encyclopedia/encyclopedia.asp?title=Rocha_Pombo). acesso 21/10/2006

conhecimento e interpretação do Brasil, no início do século XIX. Entrou para a faculdade de Medicina da Bahia, em Salvador, mas foi obrigado a abandonar o curso por causa de dificuldades financeiras. Em 1928, formou-se pela Faculdade de Direito do Recife, concluindo também no mesmo ano, o curso de Etnografia, na Faculdade de Filosofia, do Rio Grande do Norte. Publicou seu primeiro livro aos vinte e três anos de idade, “Alma Patrícia” (1921), um estudo crítico e bibliográfico de 18 escritores e poetas norte-rio-grandenses ou radicados no Estado. Foi professor de Direito Internacional Público, na Faculdade de Direito do Recife e de Etnologia Geral, na faculdade de Filosofia em Natal. Escreveu sobre os mais variados assuntos. Sua especialização foi na etnografia e no folclore, mas sua predileção era pelas áreas de História, geografia e biografia, especialmente do Rio Grande do Norte. Foi considerado o papa do folclore brasileiro. Publicou em 1955, a obra “História do Rio Grande do Norte”(GICO, 1996).

Dos três autores, Cascudo levando em consideração seus diversos estudos e sua formação etnográfica, foi o que mais contribuiu para a caracterização das raízes, não só do Rio grande do Norte, como também do Brasil. Sua estreita ligação com a cultura do povo norterio-grandense e a necessidade de se fazer uma obra completa sobre a história do seu Estado motivaram Cascudo a se voltar para este objeto.

A produção historiográfica no início da República sobre a história do Rio Grande do Norte, em especial sobre a conquista, a colonização e o povoamento esteve marcada por características bastante peculiares que merecem destaque. Uma foi a grande influência da história rankeana e seu método de pesquisa histórica. Tendo em vista que os três tiveram como referência e fonte de pesquisa a história do Brasil escrita por Varnhagem e este seguiu a linha rankeana de ser voltar para o passado, buscando através de documentos oficiais a verdade dos acontecimentos passados. Uma outra característica nas três obras foi a

preocupação não mais como o passado para justificar a soberania de Estado Nacional monárquico, mas sim de saber como se formou o povo brasileiro. A grande pergunta agora nas primeiras décadas da República seria quais as raízes de povo que nasceria da mescla de três etnias distintas e trouxe como resultado uma sociedade com características inéditas no mundo. Essas novas características se deram devido a influência de Capistrano de Abreu nas três obras. Este autor profundo conhecedor e crítico da obra de Varnhagem fez seus primeiros estudos das raízes do povo brasileiro na segunda metade do século XIX, quando a monarquia estava em decadência e o movimento republicano em ascensão. Não era mais aceita a justificativa que tinha o estudo histórico no Brasil, através do IHGB, tinha a função de buscar no passado brasileiro consolidação de um estado forte e monárquico. Segundo Jose Carlos Reis, essa mudança também foi resultado da percepção que os intelectuais brasileiros em relação a distância entre a realidade do país e o pensamento que eles próprios produziram (REIS, 1999, p. 32) Do ponto de vista local, digo, no Rio Grande do Norte estas duas características se fundiram e refletiram nas interpretações que surgiram sobre a história do estado, ou seja, através de método histórico científico Tavares de Lyra, Rocha Pombo e Câmara Cascudo buscaram escrever a história do Rio Grande do Norte, tendo como umas das preocupações identificar o povo norterio-grandense, suas origens e seu processo de formação.

A partir discussão sobre a historiografia e sobre o IHGB, podemos em resumo evidenciar algumas características importantes. Sobre a historiografia, destaca-se a criticidade e reflexão histórica; a laicização da ciência histórica; a História como um pensamento científico e conseqüentemente como formuladora de leis gerais dos acontecimentos, ou seja, uma História previsível; a disciplina História a serviço da Nação, do progresso e civilização; a ênfase dada na História a acontecimentos políticos e econômicos; a supervalorização dos documentos oficiais; e a declaração da função primordial da História que é a busca da verdade dos acontecimentos e reconstrução da História tal qual ela ocorreu.

No que diz respeito ao IHGB, podemos destacar: a prática científica não dentro das universidades, mas feita entre os intelectuais da elite que tinham certa ligação com o Estado nacional; a prática histórica para consolidar a história nacional e dar ao Brasil uma identidade própria; uma História sistematizada visando homogeneizar a visão do Brasil na elite; um modelo civilizatório que não se opunha à metrópole portuguesa, mas pelo contrário queria evidenciar uma continuação e evolução da sociedade nacional a partir do contato com a cultura européia; a exclusão dos negros e dos índios nesse projeto de progresso e para isso outras ciências auxiliaram a história, dando a ela uma especialidade técnica; a reunião dos documentos oficiais e sua supervalorização; a participação significativa do Estado; a influência iluminista; o destaque dado as questões políticas e econômicas; o resgate dos heróis nacionais e a utilização destes para criar na sociedade virtudes cívicas.

Se perpetuou no Brasil a idéia de resgate das histórias locais, em 1902 foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, motivando a publicação de trabalhos. Entre os principais trabalhos sobre a história do Rio Grande do Norte estão as dos autores Tavares de Lira, Rocha Pombo e Câmara Cascudo cuja as interpretações serão objeto de estudo do próximo capítulo. Mas o que falaram estes autores sobre a conquista da capitania do Rio Grande e a fundação da Cidade do Natal?



### **3 O QUE OS AUTORES DISSERAM SOBRE A CONQUISTA DA CAPITANIA E A FUNDAÇÃO DA CIDADE DO NATAL?**

Para caracterizar a interpretação que os autores tiveram sobre a conquista da capitania do Rio Grande e a fundação da Cidade do Natal, resolvemos selecionar temas que estão presentes nas três obras: os primeiros contatos com o nosso litoral: os índios e o contato com estrangeiros não portugueses; a divisão política administrativa do território brasileiro: a capitania do Rio Grande; a expedição de conquista e a construção do forte e a fundação da Cidade do Natal. Estes temas assim divididos nos ajudarão a evidenciar as diferenças e as semelhanças da interpretação de cada autor. Ao longo desse capítulo será feita uma discussão sobre os principais pontos abordados pelos autores e ao final uma comparação entre as descrições dos acontecimentos importantes para o processo de conquista da capitania.

#### **3.1 Os primeiros contatos com o nosso litoral: os índios e o contato com estrangeiros não portugueses.**

##### **3.1.1 Tavares de Lira**

Segundo Tavares de Lira, o litoral norteriograndense teria sido visitado antes que Cabral chegasse a Porto Seguro, na Bahia. As expedições dos espanhóis Alonso de Hojeda e Vicente Pizon. O autor teve como referências Porto Seguro em História geral do Brasil e Capistrano de Abreu. Os portugueses só teriam visitado o nosso litoral em 1501, na viagem oficial comandada por Gaspar de Lemos no dia 16 de agosto no cabo de São Roque. Durante muito tempo o Rio Grande do Norte serviu de escala para viagens ao Oriente. Os nativos da costa tiveram contatos também com os franceses, que traficavam pau-brasil e com os

espanhóis. O autor afirma que a coroa se limitou a guarda e posse da terra, o comércio ficou com as missões particulares e os aventureiros mercantis. Fazendo referência mais uma vez a Porto Seguro, o autor afirma que os primeiros locais de conflitos entre os europeus e os nativos foram na costa do Rio Grande( LYRA, 1921, p. 11-12).

Entre os fatos que e temas importantes que antecederam a conquista capitania do Rio Grande, Tavares de Lira faz questão de destacar o contato que expedições não portuguesas tiveram com o nosso litoral, afirmando como certo que pelo menos dois navegadores espanhóis reconheceram a costa norteriograndense antes da chegada dos portugueses: existiriam evidencias que os espanhóis Alonso de Hojeda e Vicente Pizon conhecido a nossa costa em 1499 e 1500, respectivamente. O autor também destaca o relacionamento do nativo com os contrabandistas franceses de pau-brasil. Sobre o primeiro contato que os portugueses tiveram com a costa do que seria a capitania do Rio Grande, o autor afirma que aconteceu em 1501, com a expedição comandada por Gaspar de Lemos.

### 3.1.2 Rocha Pombo

Rocha Pombo inicia afirmando que o litoral do Estado foi um dos primeiros, nesta parte da América do Sul, que recebeu visitas e expedições européias. Cita Porto Seguro e sua afirmação sobre o litoral norte rio grandense foi o primeiro da América do Sul a ser visitado por europeus. Com as expedições de Alonso de Hojeda, 1499 e Vicente Pizon, 1500. Essa teoria é reforçada pelos relatos desses viajantes sobre os ataques dos nativos e só no litoral norteriograndense existiam índios agressivos. Segundo o autor, existiu um terceiro contato com o espanhol D. Diogo de Lepe. Pombo descreve a hostilidade dos índios e sua perversidade, fazendo menção a obra de Milliet de Saint-Adolphe. Cristóvão Jacques (1503), teria também costado o litoral norteriograndense. A costa brasileira ficou abandonada pela

coroa portuguesa até 1530, porém os franceses continuaram contrabandeando pau-brasil. Em 1535, foi realizada uma expedição de conquista por Aires da Cunha, que não teve sucesso. Após essa expedição o litoral do Rio Grande ficou abandonado por portugueses até o final do século. O autor justifica a boa relação dos franceses com os nativos devido à falta de intenção destes de colonizá-los, os franceses queriam apenas traficar pau-brasil. Já os portugueses, tinham a intenção clara de colonização e povoamento da capitania.

Rocha Pombo teve estreita ligação com IHGB e entre os três autores em discussão foi aquele que mais se aproximou das características de produção historiográfica que resultaram das diretrizes dadas por esta instituição. Uma das marcas presente na produção historiográfica motivada pelo IHGB é a exclusão dos índios do processo de reconhecimento histórico do Estado nacional. Este viria através do resgate histórico, mas não com a participação do índio que era visto como uma etnia que deveria ser civilizado ao longo do tempo e continuar o processo civilizatório iniciado pelos portugueses. Nessa citação vemos claramente a maneira que são tratados os índios. Além disso, é verificado um favorecimento aos portugueses que, segundo deixa claro o autor, teriam exclusividade nas ações comerciais de exploração da terra recém descoberta. No que diz respeito aos contados com o nosso litoral, o autor afirma que três foram aqueles que comandaram expedições e reconheceram esse território: Vicente Pizion, Alonso de Ojeda e Diogo de Lepe. Os portugueses teriam reconhecido o litoral com Gaspar de Lemos em 1501 e com Cristovam Jackes em 1503.

### 3.1.3 Câmara Cascudo

Câmara Cascudo com o auxílio de outras áreas de estudo, citando os estudos cartográficos do nosso litoral feitos por José Moreira Brandão Castelo Branco, afirma que antes dos portugueses nenhuma expedição seria se quer navegado na nossa costa. Segundo ele

“nada mais discutível que a viagem de Alonso de Hojeda, acompanhado por Américo Vespúcio, com a presença insigne do piloto Juan de la Cosa, especialmente na parte em que afirma ter visto a terra, ensopada por muitos rios, a cinco graus ao sul da equinocial. A lição de Varnhagem foi seguida” ( CASCUDO, 1955, p. 29). Sobre o primeiro contato dos portugueses, a expedição de Gaspar de Lemos, em 1501, não só reconheceu o litoral da capitania como também marcou a descoberta portuguesa com um marco de posse.

Nos dois primeiros autores o contato dos espanhóis com o nosso litoral foi evidenciado, chegando Rocha Pombo a um citar um terceiro contato. Câmara Cascudo é enfático quando põe em cheque essas afirmações dos autores.

Sobre as expedições portuguesas, Lira e Cascudo admitem que o primeiro contato com o Rio Grande do Norte foi através da expedição de Gaspar de Lemos em 1501. Rocha Pombo cita que Cristovan Jackes em sua expedição guarda-costas teria reconhecido o nosso litoral. Essa afirmação é contestada por Cascudo, enfatizando que nenhuma outra expedição oficial portuguesa teria tido contato com a costa no início do século XVI.

### **3.2 A divisão política administrativa do território brasileiro: a capitania do Rio Grande.**

#### **3.2.1 Tavares de Lira**

Sobre a intenção portuguesa de colonizar as terras recém descobertas, Lira afirma que a primeira ação colonizadora da coroa foi a Martin Afonso de Souza, para o sul e logo depois divisão do Brasil em capitanias hereditárias. Existem divergências no limite da capitania do Rio Grande, fato comum pois não se conhecia bem o litoral e seus acidentes geográficos,

afirma o autor. Essa dúvida se atribui ao não conhecimento da carta de doação, mas conhecidos os forais e diziam que eram dois os donatários: João de Barros e Aires da Cunha. Possibilita-se uma sociedade com um terceiro: Fernando Álvares. O autor descreve: “pouco depois D. João III dividiu o nosso território em capitâneas hereditárias[...] da baía da traição, principiavam as demais donatarias do norte: 100 léguas concedidas a Joao de Barros; 75 léguas a Fernando Álvares de Andrade; mais 50 a João de Barros e Aires da Cunha” ( LYRA, 1921, p. 13). Parte de Lisboa em 1535 a primeira expedição que não teve sucesso. Devido o grande aparato militar ao qual foi investido essa expedição, o autor suspeita que outros propósitos além da colonização, moviam a primeira expedição colonizadora, que teve entre seus principais colaboradores, o donatário da capitania de Pernambuco Duarte Coelho. Com ajuda de Porto Seguro, é feita uma descrição minuciosa dessa expedição. Aires da Cunha recebe forte oposição dos nativos e vai para as terras do terceiro sócio Fernando Álvares, mas a embarcação fica a deriva e é resgatado por um barco espanhol. Faz referência ao texto de Gabriel Soares (1578 – tratado descritivo do Brasil) sobre essa expedição. Afirma que o resultado do insucesso da expedição foi o abandono da donataria e sua reversão à coroa; ( LYRA, 1921, p. 12-16).

### 3.2.2 Rocha Pombo

Nesse pequeno trecho da obra de Rocha Pombo, percebemos a sua preocupação com os nomes e com a descrição minuciosa dos acontecimentos, notadamente para evidenciar e trazer a tona à verdade histórica. Sobre a responsabilidade de cada donatário, o autor afirma a sociedade entre Aires da Cunha e João de Barros a partir da baía da Traição, “da bahia da Traição corriam as cem léguas doadas a João de Barros, associado a Ayres da Cunha” ( POMBO, 1922, p. 18).

### 3.2.3 Câmara Cascudo

Sobre os limites da capitania do Rio Grande, Cascudo, afirma a doação da capitania a João de Barros (cem léguas da baía da Traição até o rio jaguaribe), em relação o limite ao norte, cita três autores que denominaram de forma diferente o rio jaguaribe: Rocha Pombo – rio Mandaú, Candido Mendes – rio Jandau e Matoso Maia - cordilheira do Apodi. A sociedade entre João de Barros, Aires da Cunha e Fernão Álvares é sublinhada. Para a capitania do Rio Grande não se conhece a carta de Doação. Ocorreu, em 1535, uma expedição comandada por Aires da Cunha (conquistar as 225 léguas ao norte ). O autor faz uma descrição minuciosa da quantidade de tripulantes da expedição. E como Tavares de Lira também levanta a suspeita do duplo objetivo da expedição, chegar também ao Peru, citando a descrição que Varnhagem fez a respeito dessa expedição. A expedição não teve sucesso e ocasionou a morte de Aires da Cunha e a falência de João de Barros, pois gastou tudo para reaver seus filhos. Segundo Cascudo, a costa norte riograndense foi ignorada, devido a resistência indígena e essa ocorreu depois que Aires da Cunha sucumbiu no Maranhão pois é certo que este nunca pisou em nosso solo. Faz referência a Rocha Pombo e a Tavares de Lira, que utilizaram Gabriel Soares para afirmar que a batalha com os índios só se deu na volta do Maranhão. Foi a primeira tentativa de colonização do Rio Grande do Norte( CASCUDO, 1955, p. 15-16).

Um tema trabalhado pelos três autores e que todos dão uma importância significativa é a divisão política administrativa do território colonial em capitanias hereditárias.

Dois pontos destacados por Tavares de Lira são os limites da capitania e a sociedade entre aqueles que teriam a concessão das terras ao norte da baía da traição. Segundo o autor,

100 léguas teria sido concedida a João de Barros, 75 a Fernando Álvares e outras 50 fazia parte de uma sociedade entre Aires da Cunha e João de Barros. Sobre o limite da capitania dúvidas são relacionadas pelo autor por desconhecer a carta de Doação.

A primeira tentativa de administração das terras recém descobertas foi a divisão do território em capitânias hereditárias e entrega-las a donatários. A partir da baía da Traição, Paraíba, 225 léguas ao norte teriam sido doadas a três donatários. Os três autores convergem na idéia que 75 léguas foi concedida a Fernão Álvares. Tavares de Lira e Câmara Cascudo, admitem a sociedade de 50 léguas entre Aires da Cunha e João de Barros. Como também que o primeiro lote de 100 léguas teria sido doado unicamente a João de Barros. Rocha Pombo afirma que existiu essa sociedade entre os dois nesse primeiro.

### **3.3 A expedição de conquista e a construção do forte**

#### **3.3.1 Tavares de Lira**

Para Lira, a expulsão dos franceses marca o ponto extremo de necessidade de conquistar, colonizar e povoar a capitania do Rio Grande. O amplo conhecimento da costa segundo a descrição de Gabriel Soares, em 1597, facilitou o plano de conquista dessa capitania. Faz-se necessário marcar de vez a posse, devido ao contato já estreito dos nativos com os estrangeiros e ponto geográfico favorável desta capitania. As cartas régias dirigidas a Francisco de Souza – governador geral, foi a manifestação oficial da coroa para colonizar o rio grande. Estas foram redirecionadas aos capitães mores de Pernambuco e da Paraíba, Mascarenhas Homem e Feliciano Coelho, respectivamente. O autor faz uma descrição dos chefes da missão: Jerônimo de Albuquerque e Jorge de Albuquerque por terra e o Padre Gaspar de São João Peres da CIA e arquiteto. Os indígenas de tribos rivais dos potiguares

participaram dessa expedição e essa participação é enfatizada por Lira. Em meio as batalhas, se inicia a construção do forte. Este acabado. O autor conclui: estava feita a conquista e partir daí obra de colonização, que lhe daria efetividade, tornando-a definitiva ( LYRA, 1921, p. 17-25).

Tavares de Lyra inicia destacando a necessidade de expulsão dos franceses que estreitavam cada vez mais a relação com os nativos. Segundo para atender duas cartas régias, que o governador Geral D. Francisco ordenou os capitães mores de Pernambuco e da Paraíba para conquista a capitania do Rio Grande e expulsar os franceses. Destaca também a participação dos indígenas e da igreja nessa expedição de conquista.

### 3.3.2 Rocha Pombo

A ordem de D. Francisco de Souza de apressar o avanço para o norte para os capitães da Paraíba e de Pernambuco, segundo Rocha Pombo, marca a iniciativa de conquistar a Capitania do Rio Grande. Três companhias compunham a expedição por terra comandadas por: Jerônimo e Jorge de Albuquerque e Antonio Leitão Mirim. A participação indígena – litoral paraibano e de da igreja também são destacadas pelo autor chegado ao litoral em 1598. Inicia-se a construção de um forte. Sitiados no forte os colonizadores resistem bem até a chegada de reforços. Após a chegada destes, três equipes se revejavam na construção do forte definitivo e na proteção contra os inimigos. Depois do término da construção do forte, este foi entregue por Mascarenhas a Jerônimo de Albuquerque. ( POMBO, 1922, p. 37-42).

Como grande conhecedor da história do Brasil, Rocha Pombo faz uma comparação da conquista do território ao norte do país com o movimento dos bandeirantes que conquistaram pouco a pouco o interior no sul do país. Segundo ele: “[...] é assim, penosamente, conquistando a terra pedaço a pedaço, investindo e recuando, cedendo agora



para avançar amanhã [...] as jornadas, que se pode comparar às bandeiras do sul, tinha de ir levando por diante as legiões de bárbaros, frementes de ódio e de repulsa temível[...]” ( POMBO, 1922, p. 37). Evidencia a ameaça francesa chegando a afirmar o perigo deles efetivarem o povoamento, e não estariam aqui para traficar o pau-brasil. Tendo em vista o amplo relacionamento deles com os nativos. Uma expedição para a conquista foi montada e ao entrar no litoral trata-se logo de se construir o forte. A presença indígena e da igreja nessa expedição são citados como de fundamental importância para o sucesso dessa empreitada.

### 3.3.3 Câmara Cascudo

Cascudo inicia justificando a necessidade de conquistar a capitania do Rio Grande com a alerta para o perigo de povoamento por parte dos franceses e não só o tráfico de paubrasil. Estes empurrados do sul, os franceses vão estreitando o relacionamento com os nativos do nosso litoral. Após a conquista da Paraíba, o Rio Grande do Norte seria o núcleo irradiante para o norte. A presença francesa, que só se interessava pelo comércio, retardava a colonização sistemática. Diferencia o objetivo português do francês e a reação distinta dos índios em relação ao propósito de ambos. Ameaça portuguesa á cultura indígena. Urgia para a coroa o domínio oficial das terras. Veio então a ordem da coroa, do Filipe II aos donatários de Pernambuco e Paraíba. D. Francisco de Souza decide pela conquista da capitania e a construção de um forte para garantir a defesa do território.

Cascudo faz questão de descrever a estrutura militar para conquistar a capitania, por mar e por terra. Destaque para o comando para uma das tropas por Jerônimo de Albuquerque, para a participação da igreja, jesuítas e franciscanos e para a participação de indígenas. Faz uma discussão sobre a data da entrada na foz do potengi e quem teria chegado primeiro:

Jerônimo de Albuquerque ou Mascarenhas Homem. A conquista não foi tão fácil segundo os dois autores anteriores descreveram. As batalhas se sucediam e após a chegada de reforços por parte dos portugueses cresce a superioridade militar dos colonizadores. Inicia-se a construção de um forte. Sobre a denominação do forte, existe uma preocupação do autor com o nome correto por parte do autor. Terminado foi entregue a Jerônimo de Albuquerque e Mascarenhas parte para Pernambuco. Cita o Frei Vicente Salvador e sua descrição sobre o forte: “primeira morada, primeiro lar português nestas terras, início de implantação de costumes, tradições...núcleo irradiador de conquistas e base para aqueles que não tiveram sucesso em suas expedições. Cascudo enfatiza estava o rei representado pelo forte, mas faltava o povo( CASCUDO, 1955, p. 22-25)

Para Cascudo, a conquista da capitania foi uma etapa de um processo natural idealizado pela metrópole. Conquistar o território, construir um forte para defende-lo, fundar uma cidade e povoá-la para efetivar a colonização e a posse definitiva das terras recém-descobertas.

### **3.4 A fundação da cidade do Natal**

#### **3.4.1 Tavares de Lira**

Sobre a fundação da Cidade do Natal, Lira inicia destacando a participação da Igreja na pacificação dos índios. Segundo ele a relação dos indígenas com os missionários foi de fundamental importância para a efetivação da conquista da capitania e criou um clima favorável para a instalação de povoamento. Uma igreja foi construída numa parte alta, seguindo ao norte na margem direita do rio Potengi. Na ocasião da celebração da primeira

missa foi estabelecido o perímetro urbano e fundada a cidade que recebera o nome de Cidade do Natal, segundo o autor, em função da data comemorativa do nascimento de Jesus.

#### 3.4.2 Rocha Pombo

Rocha Pombo, relata que construído do forte, busca-se a paz com os índios, com a ajuda dos missionários da CIA. Cita nomes de chefes indígenas importantes, como: Ilha Grande, Poty, Pau-seco e Sorobabe. Faz referência ao Frei Vicente Salvador e suas descrições. A Solenidade de Paz com os índios aconteceu em 11/06/1599, percebemos aí uma preocupação e uma precisão de datas sem a citação de documentos. Construído o forte e selada a paz com os índios, inicia-se o projeto de colonização e povoamento: doação de sesmarias. Em 25/12/1599 é celebrada a primeira missa e é fundado o povoado dos Reis, o arraial do Natal. Pombo destaca a importância da doação das terras para o povoamento, porem ressalta a falta de critério na distribuição. ( POMBO, 1922, p. 45-51).

Pombo enxerga como de fundamental importância para efetivação da conquista a demarcação de uma cidade, um povoamento e isso não se daria sem que fosse feita a pacificação com os índios. Esta se deu com a iniciativa do comandante da Fortaleza dos Reis, Jerônimo de Albuquerque de atribuir a igreja essa missão. Segundo o Autor, esse fato, marcava uma nova fase do período colonial brasileiro, a pacificação com os índios, que até então era um entrave no projeto de colonização. A cidade recebeu o nome de Cidade do Natal, em função da primeira missa ter sido realizada no dia 25 de dezembro 1599. a concessão de sesmarias e o povoamento seriam as próximas estas para a conquista de novas terras ao norte.

### 3.4.3 Câmara Cascudo

Câmara Cascudo, sobre a fundação da cidade seguiu a lógica de etapas de um processo: “[...] Construído o Forte, pacificado o indígena. Funda-se a cidade tal qual mandara dom Francisco de Souza [...]” (CASCUDO, 1955, p. 27). A maior divergência em relação aos autores em discussão é que a cidade foi denominada cidade do Natal, não em razão da data da celebração da primeira missa na igreja construída no perímetro urbano demarcado por Jerônimo de Albuquerque. Mas teria recebido este nome por ter sido nesta data que a armada de Mascarenhas Homem entrou da barra do rio Potengi, na ocasião da conquista em 1597, afirmando: “chamou-se Natal, porque foi esse o tempo em que a armada entrou a barra do Rio Grande do Norte. Apesar da cidade se começar depois, perpetuou-se, no seu nome, a recordação daquele fato” (CASCUDO, 1955, p. 29).

Em resumo, foram evidenciadas mais semelhanças que diferenças, levando em consideração que todos foram partícipes de um momento em que a produção historiográfica não teve significativas mudanças em suas práticas e métodos. Podemos até falar que tais mudanças aconteceram da década de trinta, assim a última obra analisada, última no sentido da data de publicação, poderia ter recebido influência. Porém não tinham chegado ao Brasil as mudanças propostas pelos franceses da Escola de Annales, que ficou conhecido com a História Nova, e as bases da formação que o autor dessa última recebeu foi nas primeiras décadas do século XX. As semelhanças se dariam também devido outro fator importante: mesmo o conhecimento ser carregado de uma subjetividade histórica, isso como vimos se dá através dos condicionamentos presentes no sujeito, o conhecimento não pode e nem deve deixar de ser objetivo, como também deve buscar sempre a aproximação máxima da verdade dos fatos, através de métodos científicos presentes no meio social em que o autor vive e seguindo metodologias comuns aos grupos.

## CONCLUSÃO

Após analisar as interpretações produzidas pela historiografia norterio-grandense dos primeiros anos da república, para o processo de conquista da capitania do Rio Grande e a fundação da Cidade do Natal, enfatizando o porque da preocupação sobre esse objeto de estudo ao que os autores disseram e como estes viram esses acontecimentos da história do Rio Grande do Norte alguns pontos merecem destaque.

A produção historiográfica no início da República sobre a história do Rio Grande do Norte, em especial sobre a conquista, a colonização e o povoamento esteve marcada por características bastante peculiares que merecem destaque. Uma foi a grande influência da história rankeana e seu método de pesquisa histórica. Tendo em vista que os três autores tiveram como referência e fonte de pesquisa a história do Brasil escrita por Varnhagem e este seguiu a linha rankeana de ser voltar para o passado, buscando através de documentos oficiais a verdade dos acontecimentos passados. Uma outra característica nas três obras foi a preocupação não mais como o passado para justificar a soberania de Estado Nacional monárquico, mas sim de saber como se formou o povo brasileiro. A grande pergunta agora nas primeiras décadas da República seria quais as raízes de povo que nasceria da mescla de três etnias distintas e trouxe como resultado uma sociedade com características inéditas no mundo. Essas novas características se deram devido a influência de Capistrano de Abreu nas três obras. Este autor profundo conhecedor e crítico da obra de Varnhagem fez seus primeiros estudos das raízes do povo brasileiro na segunda metade do século XIX, quando a monarquia estava em decadência e o movimento republicano em ascensão. Não era mais aceita a justificativa que tinha o estudo histórico no Brasil, através do IHGB, tinha a função de buscar no passado brasileiro consolidação de um estado forte e monárquico. Segundo Jose Carlos Reis, essa mudança também foi resultado da percepção que os intelectuais brasileiros em

relação a distância entre a realidade do país e o pensamento que eles próprios produziram (REIS, 1999, p. 32) Do ponto de vista local, digo, no <sup>1906</sup>Rio Grande do Norte estas duas características se fundiram e refletiram nas interpretações que surgiram sobre a história do estado, ou seja, através de método histórico científico Tavares de Lyra, Rocha Pombo e Câmara Cascudo buscaram escrever a história do Rio Grande do Norte, tendo como umas das preocupações identificar o povo norterio-grandense, suas origens e seu processo de formação.

Podemos também destacar que a conquista da capitania do Rio Grande nesses casos foi trabalhada pelos historiadores clássicos norte-riograndenses da mesma forma, uma história factual e com a mesma idéia de expansão de posse da terra, tendo como referência a corrente histórica tradicional. Seguindo o pensamento em comum dos autores em questão, a conquista da capitania seria a complementação de um plano de expansão territorial para o norte visando uma área de maior domínio na colônia e a ocupação desse espaço só seria mais uma etapa desse processo. E como a capitania se localizava num ponto geograficamente estratégico pela sua proximidade com a Europa seria do interesse espanhol. Todas as obras foram escritas no início do Século XX, no qual a influência do método histórico positivista e tradicional do Séc. XIX ainda estava bastante arraigada nas pesquisas históricas. Dado esse fato, ter-se identificado mais semelhanças que diferenças entre as interpretações dos autores. Porque no que se refere aos principais fatores que influenciam no trabalho de um historiador, todos tiveram de certa forma acesso aos mesmos condicionamentos, tanto do ponto de vista das práticas científicas, nesse caso destacamos a história científica do século XIX e o modelo proposto pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; e com relação aos condicionamentos sociais, vimos que de uma forma geral todos tiveram formação semelhante, no caso Direito, com exceção de Rocha Pombo que era jornalista de formação, exerceram funções ligadas ao aparelho administrativo estatal e foram ligados a instituições de incentivo a publicações científicas, o IHGB como já foi dito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CAIRE-JABINET, Marie Paule. **Introdução a Historiografia**. Bauru-SP: Edusc, 2003.

CAMPOS, Pedro Moacir. As Instituições coloniais: antecedentes portugueses. In.

HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização brasileira**. 7ª ed. São Paulo: DIFEL, 1985, Tomo 1, vol. 1, p. 15-25-34.

CASCUDO, Luiz da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1955.

DRAY, Willian H. **A Filosofia da História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

GICO, Vânia. **Luis da Câmara Cascudo: bibliografia comentada**. Natal: UFRN, 1996.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1921.

MESGRAVIS, Laima. A Sociedade Brasileira e a Historiografia Colonial. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. (7)

POMBO, Rocha. **História do Estado do Rio Grande do Norte**. Edição comemorativa do centenário da independência do Brasil: 1822-1922. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1922. Quais os textos?

PRADO, J. F. de Almeida. O regime das capitanias. In. HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização brasileira**. 7ª ed. São Paulo: DIFEL, 1985, Tomo 1, vol. 1, p. 96-107.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC**. 2ª ed. RJ: FGV, 1999.

ROCHA, Filipe. **Teorias sobre a História**. Braga: Publicação da Faculdade de Filosofia, 1982.

SOUZA, Laura de Mello e. **Aspectos da Historiografia da Cultura sobre o Brasil Colonial.**

In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contexto, 1998.

SHAFF, Adam. **História e Verdade.** Lisboa: Editorial Estampa, 1988. (Imprensa Universitária, 64).

TETART, Philipe. **Pequena História dos Historiadores.** Bauru-SP: Edusc, 2000.

TOYNBEE, Arnold J. **Um Estudo de História.** Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Martins Fontes, 1986.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Vida dos primeiros colonos e suas relações com os Índios.**

In: \_\_\_\_\_. **História Geral do Brasil.** São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1975.